



GT - Grupo de Estudos e Pesquisa em Questão Social, Política Social e Serviço Social

CONSIDERAÇÕES SOBRE A EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO NO BRASIL

Ilena Felipe Barros¹

João Batista de Lima Martins Neto²

RESUMO

O presente trabalho faz parte dos estudos desenvolvidos na iniciação científica como parte da pesquisa “As implicações do Ajuste Fiscal na Política de Reforma Agrária”. O mesmo, tem como objetivo analisar a expansão do agronegócio e suas implicações para a efetivação da política de reforma agrária e para a vida da população do campo. O estudo revelou que o avanço do agronegócio contribuiu para consolidação de uma contrarreforma agrária, intensificando a concentração de terras, a grilagem e a diminuição das políticas públicas voltadas para agricultura familiar. Em suma, a modernização conservadora da agricultura brasileira, ocorrida em 1970, forjou as bases para a ascensão do agronegócio e sua expansão, na atualidade, negando a democratização da terra e intensificando a desigualdade social e ambiental no Brasil. Assim, esse estudo utilizou a pesquisa qualitativa e bibliográfica; sendo o método de análise amparado no referencial crítico-dialético que permite apreender o real em sua totalidade e dialética.

Palavras-chave: agronegócio; reforma agrária; modernização conservadora;

1 Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Doutora em Serviço Social; Docente do Departamento de Serviço Social; ilena.felipe@ufrn.br.

2 Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Graduando em Serviço Social; membro do grupo de estudos e pesquisas em Questão Social, Política Social e Serviço Social joao.neto.107@ufrn.edu.br.



1 INTRODUÇÃO

Este trabalho faz parte dos estudos desenvolvidos na iniciação científica como parte da pesquisa “As implicações do Ajuste Fiscal na Política de Reforma Agrária” vinculada ao Grupo de Pesquisa Questão Social, Política Social e Serviço Social, do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Faz parte, também, da sistematização dos conhecimentos elaborados no desenvolvimento do Plano de Trabalho “Os impactos do ajuste fiscal nos Assentamentos Rurais do Brasil e Rio Grande do Norte”. As análises que serão apresentadas dizem respeito a consolidação do agronegócio no Brasil e suas implicações para o meio ambiente, a saúde e a alimentação; além de ser um entrave para execução e ampliação da política de reforma agrária.

Nos últimos anos, o debate acerca do agronegócio ganhou espaço nos principais veículos de mídia e, sobretudo, no seio da sociedade brasileira. É fato que a economia do Brasil está diretamente associada à promoção desta atividade agrícola que “introduz o capital no campo”. Esse desenvolvimento forjou um novo ciclo de acumulação capitalista, onde, empresas multinacionais e transnacionais se instalam em países subdesenvolvidos, em outras palavras, o domínio do capital, que outrora encontrava-se centralizados nos países da Europa, descentraliza-se para os complexos agroindustriais de países subdesenvolvidos.

Dessa forma, uma nova ordem do capital promove mudanças na organização territorial e na produção agrícola capitalista. Enquanto os interesses do capital se apropriaram dos meios de produção nacionais e os internacionalizaram, a luta de classes também assumiu um caráter internacional. Sabe-se que desde a década de 1960, foram estabelecidas as bases necessárias para implantação do agronegócio e, na atualidade, a financeirização da produção no campo, assumindo um papel significativo na economia brasileira. Enquanto isso, desconsidera-se os impactos de tais mudanças para a realização da reforma agrária e nas condições de vida das populações rurais.

A estrutura do trabalho está dividida em cinco seções, quais sejam: introdução, referencial teórico, procedimentos metodológicos, análise e discussão de resultados e considerações finais. No desenvolvimento do referencial teórico, discorre-se sobre a modernização conservadora da agricultura e o agronegócio no Brasil e suas principais implicações; além de apresentar as principais discussões e resultados que a pesquisa propiciou.



Por fim, o presente trabalho tem como objetivo analisar a expansão do agronegócio e suas implicações para a efetivação da política de reforma agrária e para a vida da população do campo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA NA AGRICULTURA BRASILEIRA: ANTECEDENTES DA INSTITUIÇÃO DO AGRONEGÓCIO

A modernização conservadora na agricultura brasileira pode ser definida como o período de integração técnica da indústria com a agricultura. No Brasil, esse período iniciou-se na década de 1960, e é importante destacar que a chamada “modernização conservadora” da agricultura brasileira foi concebida com a derrota do movimento pela reforma agrária (Delgado, 2012).

Nesse sentido, Alentejano (2012, p 480) afirma que:

Este processo de modernização da agricultura brasileira foi concebido e planejado como contraponto às propostas de Reforma Agrária gestadas no âmbito da esquerda brasileira ao longo dos anos 1950-1960. De acordo com os defensores da modernização, seria possível desenvolver plenamente a capacidade produtiva da agricultura brasileira sem distribuição da terra, contrariamente ao que defendiam os partidários da Reforma Agrária, para quem a democratização da terra era condição indispensável para o próprio desenvolvimento da agropecuária brasileira.

Em outras palavras, a modernização técnica realizada na agricultura brasileira não considerou, e até mesmo desprezou, a necessidade da realização da Reforma Agrária, tão logo, possibilitou a aliança entre o capital agroindustrial e a grande propriedade fundiária.

Em razão do golpe militar, ocorrido em 1964, difundiu-se o pensamento conservador de centralizar o debate do desenvolvimento agrícola em questões relativas à demanda externa dos produtos, desprezando as questões sobre a estrutura fundiária e suas consequências. Nesse sentido, a modernização conservadora da agricultura emerge como uma maneira de responder aos desafios que envolvem o processo de industrialização e urbanização, atrelados à diversificação da agroexportação que foram intensificados durante o regime militar.

Delgado (2012, p. 14), afirma que:



26º Seminário de Pesquisa do CCSA

Crise Climática, Desenvolvimento e Democracia

23 a 27 de setembro de 2024

O caráter heterogêneo da agricultura brasileira - do ponto de vista técnico, social e regional - foi preservado, e até mesmo aprofundado nesse processo de modernização. Em certo sentido, pode-se visualizar nele um pacto agrário modernizante e conservador, que, simultaneamente à integração técnica da indústria com a agricultura, trouxe ainda para o seu abrigo as oligarquias rurais ligadas à grande propriedade territorial e ao capital comercial. (Delgado, 2012 p. 14).

Conhecido como a “idade do ouro” esse período ficou marcado pela intensificação da agricultura capitalista integrada à economia industrial, sob forte incentivo financeiro do setor público. O Estado Nacional, com o objetivo de favorecer o desenvolvimento do setor, criou as necessárias condições para a internalização da produção de máquinas e insumos para a agricultura, um sistema de pesquisa e extensão para impulsionar o processo de modernização e condições financeiras, viáveis, para a execução do processo (Alentejano, 2012). Dentre as ações realizadas pelo estado destacam-se: incentivos fiscais, infraestrutura produtiva (parques energéticos, rodovias e ferrovias) e comercialização da produção agrícola.

A ditadura militar, também contribuiu para o desenvolvimento da modernização conservadora, também chamada de “Revolução Verde” que, através da estimulação ao uso de pacotes tecnológicos, resultou no aumento da produção agrícola com o uso intensivo de agrotóxicos. O modelo agrícola proposto por essa “revolução” preconizou uma radical inversão do princípio que regia a agricultura: a adaptação à diversidade ambiental. O advento da tecnologia no incentivo à produção de larga escala buscou padronizar a agricultura, de forma que, artificializou os ambientes impondo, à diversidade ambiental, a necessidade de se adequar ao padrão mecânico-químico da agricultura moderna.

Com base nessa lógica, a Revolução Verde foi concebida como um pacote tecnológico – insumos químicos, sementes de laboratório, irrigação, mecanização, grandes extensões de terra – conjugado ao difusionismo tecnológico, bem como a uma base ideológica de valorização do progresso. Esse processo vinha sendo gestado desde o século XIX, e, no século XX, passou a se caracterizar como uma ruptura com a história da agricultura. (Pereira, 2019 p. 687)

Também merece destaque outro fator que incentivou o uso dos pacotes tecnológicos, os defensores da Revolução Verde declararam que, através de melhorias tecnológicas de produção, seria possível superar a escassez de alimentos. Porém, foram privilegiadas as culturas destinadas à exportação, baseadas na monocultura, com destaque para o açúcar, soja, laranja e



26º Seminário de Pesquisa do CCSA

Crise Climática, Desenvolvimento e Democracia

23 a 27 de setembro de 2024

outros. Em decorrência disso, inúmeros impactos ambientais e sociais foram evidenciados, dentre eles a perda de variedades genéticas dos alimentos e de alternativas alimentares, pois, ao mesmo tempo em que se fomentou uma nova forma de produção impôs um padrão alimentar que está atrelado aos interesses das corporações da agroindústria e da produção de alimentos ultraprocessados.

A difusão desse padrão produtivo, também envolveu a concessão de créditos para a compra de máquinas e insumos para os agricultores. Criado em 1965, o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) possibilitou o aporte direto e expressivo do gasto público na execução de políticas de fomento produtivo dirigidas às entidades agrícolas do período. Isso possibilitou a produção de mercadorias de forma setorial e regionalizada através de benefícios fiscais e financeiros que asseguravam a margem de lucros dos fazendeiros e a valorização patrimonial dos que ampliaram a fronteira agrícola, para fins produtivos ou especulativos.

Transformadas em ativo financeiro com a vinculação do crédito subsidiado à propriedade da terra, dando origem ao processo de territorialização do grande capital, as terras valorizaram-se significativamente, tornando-se em objeto de especulação. Com isso, não apenas houve expressiva expulsão de moradores, parceiros e posseiros, como se verificou uma crescente dificuldade para que os pequenos agricultores adquirissem terras. Isto, além de dificultar a reprodução ampliada da família camponesa, contribuiu para acentuar o movimento migratório do campesinato rumo à fronteira, além de forçar parcelas expressivas das famílias de agricultores a apelar para o assalariamento temporário como forma de complementar renda, dada inclusive a impossibilidade de ampliar as terras sob seu controle. (Alentejano, 2012 p. 480)

É evidente que a modernização ampliou a concentração fundiária, a exploração da terra e a regressiva distribuição da renda. A “Revolução Verde” foi mais um mecanismo de fomento a desigualdade social, consolidando-se como um obstáculo para o desenvolvimento das populações da área rural. Enquanto os proprietários rurais se mantiveram fortes durante o processo de modernização, impulsionando o avanço destas economias no capitalismo industrial-agricultura, fomentou obstáculos para o acesso dos camponeses a terras e a produção em regime de agricultura familiar.

Esses indicativos, propiciaram a formação dos sistemas agroindustriais brasileiros, que se constituem como uma faceta moderna da agricultura brasileira, assim como sua diversificação e integração às mais variadas necessidades do comércio externo de produtos



agrícolas e agroindustriais. As transformações na área técnica da produção e a constituição dos complexos agroindustriais permitiram a criação de dois tipos de relações sociais de trabalho, a primeira, voltada aos trabalhadores da indústria, com garantias de direitos sociais, trabalhistas e previdenciários, enquanto a segunda, direcionava-se aos trabalhadores do campo que eram privados de tais direitos e em muito casos, em trabalho análogo a escravidão.

Alentejano (2012), destaca que:

Todo esse processo de modernização implicou ainda o crescente controle das transnacionais do agronegócio sobre a agricultura brasileira – seja pela determinação do padrão tecnológico (sementes, máquinas e agroquímicos), seja pela compra/transformação da produção agropecuária (grandes traders, agroindústrias). Do ponto de vista do padrão tecnológico, os processos mais notórios atualmente dizem respeito à difusão das sementes transgênicas pelas grandes empresas do setor (como Monsanto, Bayer, Syngenta, que também são as grandes produtoras de agroquímicos), mas também são dignos de nota a ampliação da presença das transnacionais na comercialização e o processamento industrial da produção agropecuária, sobretudo pelas empresas ADM, Bunge, Cargill e Dreyfus, que, inicialmente, concentravam sua atuação no ramo de cereais, mas têm se expandido para outros ramos, sobretudo o sucroalcooleiro (Alentejano, 2012 p. 482)

A estrutura fundiária nacional consolidou-se com a predominância de unidades voltadas a explorações agrícolas que foram transformadas em áreas de produção capitalista, sem mudanças na estrutura fundiária nacional. Portanto, a industrialização e a urbanização acelerada vivida no Brasil desde 1930 propiciou as transformações técnico-econômica da agricultura, sendo possibilitado como uma forma de contornar a realização da reforma agrária. A Modernização Conservadora, teve como principal característica a aproximação da burguesia com os proprietários rurais, resultando em um pacto político que objetivava manter e reforçar o projeto hegemônico da sociedade capitalista, na qual, os interesses dos proprietários rurais se mantiveram em alta.

2.2 AGRONEGÓCIO NO BRASIL: BREVES CONSIDERAÇÕES

Com o esgotamento do ciclo de crescimento econômico desenvolvido durante a ditadura militar, surge um novo arranjo a respeito da ordem econômica e política nacional. Como já mencionado, os anos da ditadura militar foram, para a Questão Agrária brasileira, um momento de transição e retrocessos. Delgado (2005) afirma que “durante o regime militar, o



26º Seminário de Pesquisa do CCSA

Crise Climática, Desenvolvimento e Democracia
23 a 27 de setembro de 2024

debate da ‘Questão Agrária’ não teve espaço para se exercitar, nem teórica nem politicamente”. Uma vez que o governo priorizou a modernização técnica e o crescimento produtivo sem mudanças na estrutura agrária.

Leite e Medeiros (2005), afirmam que o termo “agronegócio” foi criado para expressar o conjunto de atividades que envolvem a produção e a distribuição de produtos agropecuários contextualizando as relações econômicas (mercantis, financeiras e tecnológicas) entre o setor agropecuário e o industrial, comercial e de serviços, ou seja, o que se denomina por agronegócio relaciona-se com a alta tecnologia agrícola.

Garcia e Barros Junior (2015), descrevem que as principais características do agronegócio podem ser entendidas como:

São características marcantes desse modelo de produção, denominado agronegócio, o latifúndio mecanizado, a monocultura e o uso de agrotóxicos que movimentam o mercado das transnacionais produtoras desses insumos agrícolas. Como nas tradicionais *plantations* coloniais, o agronegócio baseia-se na tríade: latifúndio, monocultura e exportação. (Garcia e Barros Junior, 2015, p. 157)

Desde de 1970, o Brasil foi cenário para o significativo aumento vivido pelo setor agroindustrial, principalmente no que diz respeito à monocultura do café, soja e cana-de-açúcar. É nesse mesmo período que surge a agroindústria, originada a partir da fusão entre a produção agropecuária e a indústria, o setor desenvolve não somente a si, como a outros setores pois possui uma relação de interdependência com diversos ramos da indústria por necessitar de insumos para sua execução.

A partir da década de 1980, o ciclo econômico entrará em um período de estagnação oriunda das condições impostas pelo endividamento externo. Neste contexto, chama a atenção como a política econômica externa tratou o setor agrícola como a “solução” para o endividamento; porém, essa estratégia ampliou a concentração e especulação fundiária no mercado de terras.

Para Delgado (2010), o agronegócio configura-se como “uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária”. Desta associação emerge uma estratégica aliança com o capital financeiro que objetiva o lucro e a renda da terra. Neste sentido, Barros (2014) aponta que:

Os governos brasileiros vêm sistematicamente criando condições macroeconômicas favoráveis à expansão do agronegócio, proporcionando a



aliança da propriedade fundiária com o capital financeiro, de modo a ampliar e proteger as terras improdutivas para futuras transações e acumulação do capital, o que impede a reforma agrária. (Barros, 2014, p. 129)

Ou seja, juntamente à mediação do Estado, que o agronegócio assume o controle de áreas cada vez mais extensas do país. Propondo a expansão da fronteira agrícola, inviabilizando a demarcação de terras aos povos originários, as populações tradicionais e a realização da reforma agrária nacional. E, ainda, acentuando os conflitos por terra e outros recursos naturais uma vez que a interiorização do agronegócio implica em mudanças na conservação e manejo de ecossistemas locais.

Barros (2018) também afirma que:

Essa avalanche do capital na agricultura foi em decorrência da sua crise desencadeada nos anos 1970, que forjou um novo ciclo de acumulação — a mundialização e a financeirização, integrando o capital em escala mundial, através das empresas multinacionais e transnacionais. Ou seja, o centro do capital não está mais centralizado nos países ricos, mas em todo lugar onde as empresas se instalam. Essa é a nova ordem do capital que gerou uma nova divisão internacional do trabalho e redesenhou a organização territorial da produção capitalista. Os interesses do capital se apropriam dos meios de produção nacionais e os internacionalizam. Em decorrência, a luta de classe ganha dimensão também internacional (Barros, 2018 p. 176)

O desenvolvimento do capitalismo mundializado atingiu a agricultura e desencadeou uma intrínseca aproximação entre a indústria e a agricultura, revelando que as grandes extensões de terras, as empresas transnacionais, proprietários de terra e capitalistas internacionais possuíam interesses semelhantes que favoreceram a territorialização do capital que intensificou a expropriação e a expulsão dos camponeses.

Portanto, é correto afirmar que o agronegócio não é apenas uma ação isolada no campo, pelo contrário, representa um conjunto de ações que podem ser observadas e identificadas através do modelo de produção para além das cercas e outros limites geográficos (Souza, 2017). O modelo produtivo tem permitido que a propriedade privada da terra seja concedida a empresas transnacionais além da utilização dos recursos hídricos, florestais e minerais o que ocasiona fortes contradições entre os interesses capitalistas e as populações do campo.



3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa faz parte do processo de produção do conhecimento e da formação acadêmica, sendo desenvolvida por discentes e docentes através de um método científico. O trabalho que se segue, foi elaborado a partir da abordagem qualitativa, definida por Godoy (1995) como uma forma que inclui concepções técnicas e teóricas e possibilita o melhor entendimento da realidade.

Para o desenvolvimento da pesquisa foi utilizado o método marxista histórico-dialético que permite apreender o real em sua totalidade e dialética. Como afirma Netto (2009) a metodologia da pesquisa, embasada nos estudos marxistas, permite alcançar as bases do objeto de estudo. Cury (1985) afirma que tal metodologia possibilita o reconhecimento da totalidade de uma realidade através da evidenciação da forma como suas esferas são compostas por determinações e contradições atuais ou superadas. Pois, a totalidade da realidade é interligada a todas as esferas por uma ação recíproca, e a consideração dessas contradições revela a qualidade dialética da totalidade.

Para a elaboração do referencial teórico, foram realizadas pesquisas bibliográficas sobre questão agrária, modernização conservadora na agricultura e agronegócio; utilizando autores que têm relevância nesses temas, quais sejam: Alentejano (2012), Delgado (2012) e Pereira (2019) para discutir sobre Modernização Conservadora na Agricultura brasileira; e Delgado (2005), Leite e Medeiros (2005), Garcia e Barros Junior (2015) e Barros (2014) para propiciar o debate acerca do Agronegócio no Brasil.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

No decorrer do texto, é possível compreender que a agricultura brasileira passou por profundas mudanças em seus mais diversos aspectos e dentre as principais mudanças ocorridas destacam-se: as relações de trabalho, padrão tecnológico, concentração da estrutura fundiária e ampliação dos conflitos e da violência no campo.

Tais ações, são definidas por Alentejano *et. al* (2023) como Contrarreforma Agrária que, influenciada pelas ações ocorridas desde 1960, definiu a última década (2010-2020) como a era do aprofundamento da hegemonia do agronegócio, da mineração e dos projetos



26º Seminário de Pesquisa do CCSA

Crise Climática, Desenvolvimento e Democracia
23 a 27 de setembro de 2024

energéticos. Contando, mais uma vez, com apoio do Estado. Neste sentido, pode-se afirmar que, quando a política agrária destinasse para o fortalecimento da burguesia agrária, ao invés da democratização da terra, os processos de concentração fundiária são ampliados, causando expropriação de camponeses, indígenas, quilombolas e populações tradicionais há também impactos para o meio ambiente, intensifica-se também o desmatamento, redução da biodiversidade e desertificação. Nota-se que essa realidade se intensifica durante o governo Bolsonaro (2019-2022).

A contrarreforma agrária associa-se no Brasil a uma nova rodada expropriatória, na qual o capitalismo em crise busca recuperar fôlego. Processos históricos como a concentração fundiária, a expansão da monocultura, a prioridade conferida à exportação de produtos primários, a superexploração do trabalho, a devastação ambiental e a violência, são exacerbados, reforçando a inserção subordinada do país na divisão internacional do trabalho e bloqueando a superação da condição dependente e periférica. (Alentejano *et. al*, 2023 p. 25)

Há quatro dimensões que materializam a contrarreforma agrária, quais sejam: avanço da concentração fundiária, intensificação da grilagem de terras, abandono das políticas de redistribuição e reconhecimento de terras e, por fim, o desmonte das políticas públicas de apoio à fixação dos trabalhadores do campo. Fernandes (2013) salienta que o agronegócio tem se apropriado de latifúndios e terras do campesinato para se territorializar.

Sabe-se ainda que a utilização de agrotóxicos é um recurso que objetiva elevar a produtividade agrícola, porém, o uso abusivo traz significativos impactos, sobretudo na relação com o meio ambiente e para a saúde humana. A respeito da relação com o meio ambiente o agronegócio tem uma relação de interdependência com os recursos naturais pois a sustentabilidade deste sistema produtivo depende da conservação dos bens da natureza, porém, o desenvolvimento do agronegócio despreza esse quesito e passa a exigir, do Estado, práticas agrícolas mais rígidas que busquem amenizar os impactos negativos do sistema.

Dentre as ações de desenvolvimento do agronegócio também devemos considerar o controle da produção e comercialização das sementes e mudas, colocando em risco a soberania alimentar, a biodiversidade e a agricultura camponesa. A consolidação do agronegócio ocorre através do avanço da produção e exportação de *commodities*, que produz soja, milho e cana-de-
açúcar através da monocultura em grandes extensões de terras. Esse modelo de



desenvolvimento na agricultura dificulta a realização da reforma agrária demandada pelos movimentos de luta pela terra. Portanto, o avanço do agronegócio impede, entre outras consequências, o avanço da política de reforma agrária se configurando, na realidade atual, na contrarreforma agrária.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo permitiu a compreensão de que a modernização conservadora da agricultura brasileira forjou as bases para a ascensão do agronegócio, inicialmente, as elites agrárias mantiveram o controle da força de trabalho rural através da recusa ao modelo de distribuição de terras proposto no início da década de 1960. Para tanto, o poderio da burguesia agrária exigia que os interesses dos proprietários agrários fossem considerados na proposta de desenvolvimento o que resultou em um processo de modernização da agricultura subordinada às grandes corporações agroindustriais, formadas, através de acordos entre multinacionais com grandes proprietários de terras nacionais o que, beneficia, cada vez menos, a população do campo.

A respeito da expansão do agronegócio, este, tem proposto a reprodução de forma degradantes de trabalho, a reconfiguração do latifúndio nacional como também possibilitou, em larga escala, a transferência da propriedade de terras nacionais para empresas estrangeiras. Além do mais, a ruptura política, imposta pelo agronegócio ao Estado brasileiro exerce significativo papel contra o direito à vida e a existência da população do campo, acentuando a insuficiência das políticas públicas para a população mais vulnerável.

Considerando essa realidade, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), tem na luta pela terra sua estratégia central e por meio de intervenção política, modificam e acrescentam novos debates e políticas públicas para a democratização da terra. Portanto, os assentamentos rurais brasileiros, frutos de reivindicações da população do campo, consolidam-se como uma nova forma de produzir alimentos com base na agroecologia que fomenta um desenvolvimento social, econômico e ambientalmente sustentável.

REFERÊNCIAS



26º Seminário de Pesquisa do CCSA

Crise Climática, Desenvolvimento e Democracia

23 a 27 de setembro de 2024

ALENTEJANO, Paulo. Modernização da agricultura. **Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular**, p. 479-483, 2012.

BARROS, Ilena Felipe. **Nas trilhas do crédito fundiário: a luta pela sobrevivência entre a terra e o assalariamento na agroindústria canavieira de Pernambuco**. Tese de Doutorado; UFPE, 2014.

BARROS, Ilena Felipe. O agronegócio e a atuação da burguesia agrária: considerações da luta de classes no campo. **Serviço Social & Sociedade**, p. 175-195, 2018.

BOHNER, Tanny Oliveira Lima; ARAÚJO, Luiz Ernani Bonesso; NISHIJIMA, Toshio. O impacto ambiental do uso de agrotóxicos no meio ambiente e na saúde dos trabalhadores rurais. **Revista eletrônica do curso de direito da UFSM**, v. 8, n. 3, p. 329-341, 2013.

CANUTO, A. Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade. **Revista Nera**, (5), 1–12. <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i5.1466>. 2012.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Caderno Conflitos no Campo Brasil 2023**. Goiânia, 2024.

DELGADO, Guilherme C. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, p. 51-90, 2005.

DELGADO, Guilherme da Costa. **A Questão Agrária e o Agronegócio no Brasil**. IN: CARTER, Miguel (org.). **Combatendo a desigualdade social – o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

DOMINGUES, José Maurício. A dialética da modernização conservadora e a nova história do Brasil. **Dados**, v. 45, p. 459-482, 2002.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A Reforma Agrária que o governo Lula fez e a que pode ser feita. In: SADER, Emir (Org.). **Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Flacso Brasil, 2013.

Garcia, N. B.; BARROS JUNIOR, O. A. de. **Agronegócio e reprimarização econômica: um olhar sobre os impactos do processo de inovação técnico-científico e concentração de capital no campo brasileiro**. Revista IDeAS, v. 9, n2, p.152-175, 2015.



26º Seminário de Pesquisa do CCSA

Crise Climática, Desenvolvimento e Democracia

23 a 27 de setembro de 2024

LEITE, Sergio Pereira e MEDEIROS, Leonilde Servolo. Agronegócio. IN: CALDART, Roseli Salete. **Dicionário da Educação no Campo**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012

PEREIRA, Isabel Brasil. Revolução Verde. IN: CALDART, Roseli Salete. **Dicionário da Educação no Campo**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012

PIRES, Murilo José de Souza; RAMOS, Pedro. O termo modernização conservadora: sua origem e utilização no Brasil. **Revista econômica do Nordeste**, v. 40, n. 3, p. 411-424, 2009.

SOUZA, Gilson Luiz Rodrigues. 05) História do Agronegócio no Brasil. **Folha Acadêmica do CESG| FAC| ISSN 2358-2839 (impresso)/ISSN 2358-209X (online)**, n. 13, p. 13-15, 2017.